



Município de Santa Marta de Penaguião
Assembleia Municipal

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS
DO MUNICÍPIO, NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2013**

N.º 05/2013

MESA DA ASSEMBLEIA: Presidente – José Alberto Moreira Araújo, 1.º Secretário - Rosa Martins Cardoso, 2.º Secretário – António Júlio Alves Fernandes. -----

PRESENCAS: José Emílio Esteves da Silva, José Fernando Fraga Granja, Paula Cristina Moraes Guedes Borges, Cesário Pinto Canário, Jorge Manuel Madureira da Silva Sampaio, Leila Vanessa Rodrigues Queirós Cardoso, Paulo Sérgio de Sousa Prior, Alfredo Ribeiro Gouveia, Susana Maria Gregório Cardoso Moutinho, Jóni André Borges Madureira, Eugénio da Conceição Rocha, João dos Santos Silva, Fernando José Mourão Gonçalves, Hugo Alexandre Cunha Sequeira, José Paulo Barreira da Mota, Norberto da Costa Almeida, Manuel Augusto Mesquita Pinto e Fernando Borges Moreira, Membros da Assembleia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: António Júlio da Costa Almeida e Adérito Ribeiro Silvério.

AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS: Não houve. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara, Sílvia da Fonseca Silva Guedes, José Manuel Moreira Lopes e Luís Manuel Mota Bastos, Vereadores e António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

OUTRAS PRESENCAS: Maria da Piedade Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica da Secção de Recursos Humanos, Expediente Geral e Arquivo. -----

HORA DE ABERTURA: 18:00 HORAS. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada, por unanimidade, em minuta no final da Sessão. -----

- **1** – Aprovação da Ata da sessão anterior. -----
- **2** – PERÍODO DA ORDEM DO DIA : -----
- **2.1** – Deliberar sobre a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, para vigorar em 2014. -----
- **2.2** – Deliberar sobre formas de apoio às Juntas de Freguesia (alínea j), n.º1, artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- **2.3** - Deliberar sobre formas de apoio à Junta de Freguesia da Cumieira (alínea j), n.º1, artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- **2.4** - Aprovar a Revisão do Plano Plurianual de Investimentos (alínea a), n.º1, artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- **2.5** - Deliberar sobre a alteração do dia Feriado Anual do Município (alínea m), n.º 2, artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
- **2.6** - Constituição do grupo de trabalho para elaboração do projeto de regimento da Assembleia Municipal (alínea a), n.º1, artigo 29.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----
- **2.7** - Eleição dos membros para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro (n.º2, artigo 83.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e Estatuto das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----
- **2.8** - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um suplente para os Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (alínea a), n.º 2, artigo 6.º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses). -----
- **2.9** - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Assembleia Distrital de Vila Real (alínea b), artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de janeiro). -----



----- O Senhor Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes, os membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, o Senhor Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, cumprimentou, ainda, dois convidados especiais oriundos de França e o público que fez questão de se associar à primeira sessão de trabalho, passando ao registo das presenças. -----

----- Foram aceites as justificações das faltas e admitidas as substituições dos seguintes deputados municipais: -----

----- António Júlio da Costa Almeida (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Sever, por Norberto da Costa Almeida (PS) Secretário. -----

----- Patrícia Alexandra Correia Fernandes Pereira (PPD/PSD) e José Filipe da Silva Gonçalves (PPD/PSD), mediante pedido de suspensão de mandato, nos termos do preceituado nos artigos 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, por Susana Maria Gregório Cardoso (PPD/PSD) de acordo com o estabelecido no artigo e 79.º da referida Lei. -----

----- Joana Mesquita Esteves (PPD/PSD), mediante renúncia de mandato, nos termos do preceituado nos n.ºs 1 e 2, do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, por Eugénio da Conceição Borges Rocha (PPD/PSD). -----

----- Foi justificada a falta do Senhor Adérito Ribeiro Silvério (PPD/PSD), membro efetivo, não foi substituído. -----

----- Após verificação da existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão, dando cumprimento ao determinado pela respetiva convocatória. -----

----- **1 – Aprovação da Ata da Sessão anterior.** -----

----- Feita a leitura da Ata da sessão anterior, o Presidente da Mesa pôs à consideração dos senhores deputados, para que, querendo, se pronunciarem sobre o conteúdo da mesma. -----



----- Não havendo considerandos, foi a mesma posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, antes de iniciar a ordem de trabalhos, deixou duas notas na sequência da intervenção que fez na primeira reunião e da tomada de posse, e, mais uma vez, veio reiterar o acordo que na altura formalizou, no sentido de transformar a Assembleia Municipal num órgão deliberativo, mas também num órgão que possa dar um contributo positivo no sentido de valorizar e dignificar o seu trabalho, e, acima de tudo, através dele contribuir para que todos os outros órgãos, nomeadamente o Executivo, possam desenvolver cabalmente o seu trabalho em prol dos penaguienses. ---

----- Mais referiu que os penaguienses depositaram no órgão confiança plena para zelarem pelos seus interesses ao longo dos quatro anos, ficando certo que a Assembleia Municipal se irá empenhar fortemente no sentido de não defraudar o voto de confiança dado pelo eleitorado e que em conjunto com o órgão executivo irão desenvolver um trabalho profícuo, um trabalho de qualidade, um trabalho que possa dar um contributo positivo para o desenvolvimento e a promoção do concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Antes de dar início à Ordem de trabalhos o Presidente da Assembleia explicou da necessidade do agendamento de uma sessão extraordinária, dado que existia urgência em deliberar relativamente a alguns pontos que surgiram em resultado da alteração dos órgãos municipais, resultantes do último ato eleitoral e da comunicação de prazos a entidades externas, bem como à existência de um conjunto de iniciativas que irão ter lugar a curto prazo e que implicam a designação dos representantes da Assembleia Municipal. -----

----- 2 - ORDEM DO DIA-----

----- 2.1 – Deliberar sobre a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, para vigorar em 2014.-----



----- Presente a proposta de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis – 2014, para aprovação da Assembleia Municipal, do seguinte teor: -----

-----“ Considerando o disposto no n.º 4, do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, 12 de Novembro, os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, deverão fixar a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, ou seja, 0,5% a 0,8% para os prédios urbanos e de 0,3% a 0,5%, para os prédios urbanos avaliados, respectivamente (redacção dada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro). -----

----- Acresce que a deliberação da Assembleia Municipal deve ser comunicada à AT-Autoridade Tributária e Aduaneira até 30 de Novembro, para vigorar no ano seguinte, sob pena de serem aplicadas as taxas mínimas. -----

----- Face ao exposto, proponho; -----

----- 1 – Que ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, Executivo Municipal delibere aprovar, sob a forma de proposta, as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2014, dos prédios urbanos e dos prédios urbanos avaliados; -----

----- 2 – Que a proposta seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal para os efeitos previstos no artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do artigo 25.º do referido Regime Jurídico das Autarquias Locais.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 29 de outubro de 2013. -----

----- O Presidente da mesa deu a palavra aos grupos municipais, usando da palavra: -----

----- O Senhor Deputado José Fernando Granja (PS) começou por cumprimentar os presentes, proferindo de seguida alguns considerandos legais, sobre a forma de



apuramento da Taxa Municipal sobre imóveis, explicando que, antigamente, o valor da contribuição predial era apurado através de um rendimento, ou seja, se o prédio fosse arrendado era apurado o valor da renda anual, multiplicado por um determinado fator, se o prédio não fosse arrendado era o potencial valor que poderia gerar, originando uma discrepância enorme, dado não haver um objetivo. -----

----- Com a reforma de 2003 o valor passou a ser apurado por fatores mais objetivos, aplicando o fator a todos os prédios, atendendo ao valor médio do custo da construção por metro quadrado, à área, à afetação dos bens (se é para habitação, comércio ou indústria), à qualidade da construção e também ao coeficiente de localização que atualmente é utilizado para calcular o valor patrimonial dos imóveis.-----

----- Referiu ainda que, as taxas dos imóveis que ainda não foram objeto de reavaliação desde 2004 (ano de entrada em vigor do Código do IMI) ficarão sujeitas a uma taxa que varia entre os 0,5% e 0,8% sobre o valor patrimonial tributário (antes as taxas situavam-se entre os 0,4% e os 0,7%) e que os imóveis que já tenham sido objeto de reavaliação de acordo com as regras definidas pelo Código do IMI, ficarão sujeitas a uma taxa entre os 0,3% e os 0,5% (antes 0,2% e 0,4%).-----

----- Mais referiu que as taxas propostas pelo Executivo, poderão parecer muito baixas, mas em matéria coletável será um valor muito alto, sendo preciso ter muito cuidado com o ajuizamento sobre pena de se criar uma tributação exorbitante impossibilitando os municípios de a pagar, propondo, aos deputados municipais a aprovação das taxas apresentadas pelo Executivo Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior (PPD/PSD), cumprimentou os presentes e proferiu que, aprovam esta proposta porque já há muito vem sendo defendida por aquele grupo parlamentar. -----

----- Os deputados municipais eleitos pelo PPD/PSD, através do Senhor Deputado Paulo Prior, apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

----- “1- Atentas as taxas aprovadas, por unanimidade, é irrelevante a comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira.-----

----- 2 – O PPD/PSD, há muitos anos, quer no órgão executivo quer no órgão deliberativo, tem vindo a propor e a recomendar, quanto aos imóveis urbanos, a redução das taxas do IMI. -----

----- 3 – O PS e o actual Presidente da Câmara Municipal sempre rejeitaram, sem qualquer fundamentação, as propostas e recomendações do PPD/PSD, pelo que registamos com muito agrado a alteração da política fiscal do executivo, que permitirá algum desafogo financeiro aos Penaguienses e, além disso, obrigatoriamente coadjuvada com outros incentivos, é um estímulo à fixação das pessoas no concelho. -----

----- 4 – Finalmente, com a aplicação das taxas mínimas, o Município, em consequência da recente avaliação fiscal operada em todos os prédios urbanos, vai obter em 2014, a este título, uma receita muito superior à dos anos transactos.” -----

----- **Deliberação: Aprovado, por unanimidade, fixar a Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para vigorar no exercício económico do ano de 2014:** -----

----- **a) Prédios urbanos avaliados nos termos do Código do IMI – 0,3%;** -----

----- **b) Restantes prédios urbanos – 0,5%.** -----

----- **2.2** – Deliberar sobre formas de apoio às Juntas de Freguesia (alínea j), n.º1, artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Presente a proposta de apoio às Juntas de freguesia, para aprovação da Assembleia Municipal, do seguinte teor: -----

-----“A Câmara Municipal ao abrigo do disposto no regime de atribuições e competências das Autarquias Locais aprovado pelas Leis n.º 159/99, de 14 de Setembro e n.º 169/99, de 18 de Setembro e alterado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em Abril de 2010, delegou nas Juntas de Freguesia algumas das suas competências incidindo sobre



actividades no domínio da educação e ensino, toponímia e trânsito e, ainda, sobre limpeza e defesa do meio ambiente. -----

----- Para concretização dessa delegação foram celebrados com todas as Juntas de Freguesia os respectivos protocolos, dos quais ficou a constar, para além de outras, os direitos e obrigações de ambas as partes, bem como as condições financeiras a conceder anualmente pelo município e, ainda, que esses protocolos só produziam efeitos durante o mandato que terminou no passado dia 29 de Setembro, com a eleição dos novos órgãos autárquicos. -----

----- Encontra-se inscrita no orçamento municipal para o ano em curso, a importância no valor global de 112.800,00€, a transferir em prestações para as Juntas de Freguesia de acordo com o respectivo mapa anexo ao referido documento, sendo que aquelas na elaboração dos seus documentos previsionais tiveram em conta o recebimento total de tais importâncias considerando o ano económico e não as que seriam devidas apenas até ao fim do seu mandato, ou seja, até 29 de Setembro. -----

----- Importa referir que foram pagos às Juntas de Freguesia os montantes correspondentes às prestações devidas até ao último trimestre, existindo um saldo a transferir no valor de 28.200,00€. -----

----- Por outro lado, de acordo com a reorganização administrativa do território das freguesias implementada pelo Governo, a criação de freguesias por agregação determinou a cessação jurídica das autarquias agregadas, pelo que as Freguesias de Fornelos, de Louredo, de São Miguel de Lobrigos, de São João de Lobrigos e de Sanhoane, deram lugar à União das Freguesias de Louredo e Fornelos e à União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane. -----

----- Face, ao exposto, propõe-se: -----

----- 1 – Que, o Executivo Municipal, delibere no sentido de transferir para as Juntas de Freguesia, o valor da última prestação em falta, conforme quadro anexo, tendo em conta

que apesar da delegação de competências ser para o mandato autárquico que terminou no passado dia 29 de Setembro, foram assumidos por aquelas, no âmbito dessa delegação, compromissos além do mandato, ou seja, para o ano económico de 2013, por considerarem o recebimento total da importância inscrita no orçamento municipal e, sem o qual, se verão impossibilitadas de cumprir, dada a insuficiência de recursos financeiros.

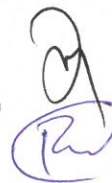
2 – Que, em caso de aprovação do ponto anterior, o Executivo delibere, ainda, transferir para a União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane e para a União das Freguesias de Louredo e Fornelos, o valor resultante do somatório das verbas que caberia a cada uma das respectivas freguesias que viram cessar a sua personalidade jurídica, respectivamente.” -----

ANEXO

Freguesias	Valor a transferir	Valor transferido	Valor em dívida
Alvações do Corgo	9.153,96	6.865,47	2.288,49
Cumieira	14.426,40	10.819,80	3.606,60
Fontes	15.763,31	11.822,48	3.940,83
Fornelos	8.430,25	6.322,69	2.107,56
Louredo	9.988,31	7.491,23	2.497,08
Medrões	9.898,28	7.423,71	2.474,57
Sanhoane	8.104,17	6.078,13	2.026,04
S. João de Lobrigos	13.412,58	10.059,43	3.353,14
S. Miguel de Lobrigos	12.299,14	9.224,35	3.074,78
Sever	11.323,62	8.492,71	2.830,90
Total	112.800,00	84.600,00	28.200,00

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 5 de novembro de 2013. -----

----- O Presidente da Junta da União de Freguesias de Lobrigos (S. Miguel, S. João) e Sanhoane, Senhor Fernando Moreira (PS), chamou à atenção para as transferências, mencionadas no quadro, para S. João de Lobrigos, S. Miguel de Lobrigos e Sanhoane,



pois, já haviam sido transferidas antes das eleições autárquicas, pelo que não vai constar na conta da nova Junta; -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara que começou por cumprimentar os membros da Assembleia, o público presente, manifestando o contentamento pela mudança da hora que veio permitir que os munícipes de Santa Marta assistissem à mesma e analisem o desempenho dos seus eleitos. Cumprimentou, ainda, os visitantes Michel e Dominique, responsáveis pela gemação que o município tem com o município de Larçay – França. -----

----- O Senhor Presidente, solicitou, em seu nome e em nome do restante Executivo, que a Assembleia Municipal, na faculdade das suas competências fosse solidaria e séria, quando o devessem ser, uma vez que estão para servir Santa Marta e os Penaguienses e para trabalhar em prol deles, dizendo, ainda, que irá ser esta a postura assumida pelo Executivo que lidera. -----

----- Sobre o assunto do ponto n.º 2, referiu que o mesmo veio à Assembleia Municipal, por duas razões. A primeira pelo facto da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entrada em vigor a 30 de setembro transato, atribuir a competência à Assembleia Municipal, a segunda pelo facto das transferências - 3 tranches - terem sido feitas de uma forma ilegal, e assim o Executivo entender levar novamente à apreciação daquele órgão. -----

----- Quanto ao referido pelo Presidente da Junta, Senhor Fernando Moreira, informou que realmente não vão receber a totalidade do valor referido, mas sim a parte que lhes couber. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada pela Câmara Municipal.** -----

----- **2.3** - Deliberar sobre formas de apoio à Junta de Freguesia da Cumieira (alínea j), n.º1, artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Presente a proposta de apoio à Junta de Freguesia da Cumieira, relativa ao pedido da referida Junta, para aprovação da Assembleia Municipal, do seguinte teor: -----

----- *“Presente à reunião ofício da junta de freguesia da Cumieira, registado sob o n.º 362 de 13 de março de 2013, a solicitar apoio financeiro, para a conclusão do pagamento da aquisição do terreno, destinado ao parque de estacionamento e zona de lazer do Assento, sendo esta uma obra conjunta entre o município de Santa Marta de Penaguião e a respetiva junta.* -----

----- *O valor total da aquisição do terreno (900m2), foi de 19.900,00€ (dezanove mil e novecentos euros), sendo que ainda se encontram por liquidar 7.400,00€ (sete mil e quatrocentos euros).* -----

----- *De acordo com a informação dos Serviços de Contabilidade, anexa ao respectivo processo, a despesa tem o compromisso n.º 2013/668.”* -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 5 de novembro de 2013. -----

----- O Presidente da mesa deu a palavra aos grupos municipais, usando da palavra: -----

----- O Presidente da Junta da União das Freguesias de Louredo e Fornelos, Senhor Manuel Augusto Pinto (PPD/PSD), apelando ao Senhor Presidente da Câmara para que a ajuda pontual à Cumieira, fosse uma porta aberta para novas ajudas às outras freguesias, para assim poder ajudar os seus eleitores a terem melhores condições. -----

----- Referiu ainda que, a Junta de Freguesia, sofre de dificuldades, dado que a anterior Junta deixou uma dívida de 6.000,00 euros. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia de Fontes, Senhor Hugo Sequeira (PPD/PSD), apelou igualmente ao Senhor Presidente da Câmara, para logo que possível, auxiliasse a Junta de Freguesia que representa e tomasse em consideração a difícil situação herdada da Junta anterior. -----



----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que este não é um apoio à Junta de Freguesia da Cumieira, mas sim o cumprimento de um compromisso assumido, em 2010 ou 2011, pelo anterior Presidente da Câmara com o atual Presidente da Junta, Senhor Fernando Gonçalves, em comparticipar na aquisição do terreno para a construção de um parque de estacionamento. Tendo constatado, no dia da inauguração do parque, em 11 de novembro último, que o dono do terreno ainda não tinha recebido o dinheiro. Considerando não ser justo nem correto as pessoas ficarem sem os seus bens e nem serem ressarcidas, e sendo a Câmara Municipal uma pessoa de bem e transparente, decidiu, pagar mais uma dívida, ou uma das muitas dívidas que foram deixadas pelo anterior Presidente, e, levar o assunto à Assembleia Municipal.-----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior (PPD/PSD) questionou o Presidente da Câmara, se não pertenceu ao anterior Executivo Municipal, pelo facto de estar sempre a dizer que a culpa é do ex-Presidente de Câmara, e dar a ideia que era o Presidente que fazia tudo sem dar qualquer conhecimento aos restantes Vereadores que o acompanhavam. -----

----- O Presidente da Junta de freguesia da Cumieira, Senhor Fernando Gonçalves (FMPNT- Fazer Mais pela Nossa Terra), pediu a palavra e, depois de cumprimentar os presentes, disse que já imaginava que este seria um assunto controverso, e que considerava não ser uma ajuda à Junta de Freguesia da Cumieira, na medida em que havia um compromisso entre a Câmara e a Junta, sendo esta responsável por 70% e a Câmara Municipal por 30%, estando em dívida, apenas estes 30%. -----

----- Informou que tudo foi negociado no gabinete do anterior Senhor Presidente da Câmara, em que este lhe pediu um documento com os dados do negócio, o que fez enviando-o por correio registado com entrada nos serviços, e que possivelmente ficou guardado e esquecido na gaveta do anterior Presidente da Câmara e que, talvez, por essa razão seria desconhecido dos restantes Vereadores. Reforça não se tratar de um apoio visto faltar liquidar a parte que a Câmara tinha no acordo e não a cumpriu. -----



---- Os deputados municipais eleitos pelo PPD/PSD, através do Senhor Deputado Alfredo Gouveia (PPD/PSD), apresentaram a seguinte declaração de voto: -----

----- *“É uma realidade que as juntas de freguesia vivem o seu dia-a-dia com grandes limitações de ordem financeira. Estas restrições são mais evidentes em anos de eleições autárquicas: seja pela vontade natural de concretizar as obras planeadas até ao final dos respetivo mandatos, seja por fins puramente eleitoralistas.* -----

----- *É hoje do conhecimento público que outras juntas se deparam com idênticos problemas pontuais para resolver e para as quais precisam de apoio da Câmara Municipal, pelo que se espera o mesmo tipo de tratamento dessas situações, para que não se possa inferir que se trata do cumprimento de um qualquer acordo pré-eleitoral.* ----

----- *Da nossa parte, em termos genéricos, o apoio a resolução destas situações tem a nossa concordância.* -----

---- *Santa Marta de Penaguião, 13 de novembro de 2013. O Grupo Parlamentar Municipal.”* -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade, a proposta apresentada pela Câmara Municipal.** -----

----- **2.4** - Aprovar a Revisão do Plano Plurianual de Investimentos (alínea a), n.º1, artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Presente a proposta de Revisão do Plano Plurianual de Investimentos, para aprovação da Assembleia Municipal, do seguinte teor: -----

----- *“Considerando o pedido efectuado pela Comissão Executiva do programa – O Novo Norte, Programa Operacional Regional do Norte, relativamente à candidatura para financiamento da construção da EB2+3 de Santa Marta de Penaguião, apresentada pelo Município, no sentido de se demonstrar o grau de maturidade suficiente da operação, ou seja, “despacho/deliberação definitiva de adjudicação relativo ao procedimento concursal*

das componentes de maior expressão financeira da candidatura, tendo essas componentes de representar um valor superior a 50% do investimento proposto”. -----

----- Considerando que a dotação orçamental definida para este projecto/acção (03/2009 – Escola EB2+3 – Obras de construção) inscrito no Plano Plurianual de Investimentos se

----- Considerando que o seu prazo de execução se prolonga pelos dois próximos anos económicos, ou seja, 2014 e 2015 e do documento previsional de investimento. -----

----- Considerando que no que toca à realização de despesa que dê lugar a encargos orçamentais em mais de um ano económico, ou em ano que não seja o da sua realização, estabelece o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho que, as despesas não podem ser efectivadas sem prévia autorização dor órgão deliberativo, salvo quando resultem de plano ou programas plurianuais legalmente aprovados. -----

----- Assim sendo, propõe-se: -----

----- 1 - Que de acordo com os pontos 8.3.1.5 e 8.3.2.3 do POCAL, o Executivo Municipal delibere ao abrigo da competência que lhe confere a al.ª c) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar a proposta anexa de revisão do Plano Plurianual de Investimentos; ---

----- 2 – Que a referida proposta seja submetida à Assembleia Municipal para aprovação nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do referido Regime Jurídico.” --

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 8 de novembro de 2013. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior (PPD/PSD) pediu esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara, se a construção da escola implica a alteração da política educativa do concelho e, tendo em conta o valor da obra se podem perspetivar a criação de um complexo escolar. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu ao Senhor Presidente da Assembleia, que enquanto Diretor do Agrupamento de Escolas, melhor poderia explanar o assunto. -----



----- O Senhor Presidente da Mesa, disse que gostaria de tecer alguns considerandos, na medida em que está ligado, há cerca de 40 anos, à problemática da educação e do concelho e também no que concerne às instalações escolares. Expôs que em 75/76 foram construídos 2 blocos pré-fabricados numa área de vinha adquirida pela Câmara Municipal, atravessada por um ribeiro, e em que os arranjos dos espaços externos ainda estavam em terra batida. No entanto, o entusiasmo foi tanto que conseguiram superar essas lacunas. -----

----- Expôs ainda, que, em 1982, com o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 9.º ano foi necessário ampliar as instalações para acolher os 649 alunos. Mesmo assim esses espaços não eram suficientes, sendo necessário em período de exames dar aulas aos sábados de manhã. Com o passar do tempo foi-se assistindo à degradação da escola, mas com o contributo dos professores, funcionários e da Câmara Municipal, os arranjos exteriores foram melhorados, sem a participação do Ministério da Educação.

----- Mais expôs que aquele tipo de construção de 1975 foi um projeto nacional que levou à construção de 22 escolas no país, sendo o de Santa Marta o único existente, tendo sido abatido há cerca de 12 anos o edifício de Resende, considera que estaria na hora de ver melhorado os espaços e o edifício escolar para dar resposta à exigência de uma educação da ordem da que hoje se impõe. -----

----- Transmitiu que foi com enorme satisfação e alguma emoção que, como Presidente da Assembleia, submeteu à apreciação dos caríssimos deputados a presente proposta, para assim verem a concretização de um sonho. -----

----- Continuou dizendo que há cerca de três anos, com a publicação do diploma que promoveu o alargamento da Escolaridade até aos 18 anos, houve logo uma vontade expressa de poder manter os alunos na escola E.B.2+3 até à conclusão do 12.º ano ou até aos 18 anos, mas com as instalações existentes é de todo inviável reivindicar a criação do ensino Secundário em Santa Marta de Penaguião e que com esta nova escola



isso seria possível aspirar, considerando até, que é um contributo positivo para melhorar os resultados escolares. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que a apreciação feita pelo Senhor Presidente da Assembleia foi excelente e que nota que quem está no concelho sente de maneira diferente e que tem a emoção na ponta da língua e luta pelo futuro do concelho e essencialmente, pelo das suas crianças. -----

----- Informou, que a obra será comparticipada pelo FEDER em 85%, sendo os restantes encargos de 7,5% do Ministério da Educação e 7,5% do Município, considerando ser o maior investimento de sempre, neste concelho, e que, ainda não havia a aprovação oficial da candidatura, dado o ofício enviado pela Comissão de Coordenação da Região Norte (CCDRN), no dia 10 de outubro transato, ter desaparecido estranhamente, tendo o Executivo tomado conhecimento por “boatos” e, posteriormente, ter sido confirmado pela CCDRN. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, louvou os serviços, pela competência, dedicação e seriedade, pois em cinco dias fizeram o Relatório Preliminar e a Audiência Prévia e em dois dias o Relatório Final. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior (PPD/PSD), na sua intervenção, neste ponto, referiu que também se congratula com a obra, mas que a pergunta formulada ao Senhor Presidente da Câmara foi se a obra implicaria a mudança da política educativa do concelho. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que vai mudar e que irão ser capazes e ter condições para acompanhar essa mudança e se chegarem à conclusão que um dos polos não tem o número de crianças para funcionar, sabe, que vão ter um espaço condigno em Santa Marta para os acolher, se houver crianças tudo ficará como está, por enquanto. -----

----- O Senhor Deputado Paulo Prior (PPD/PSD), acrescentou, que nessa altura irá ficar curioso relativamente à posição do Senhor Presidente da Junta da Cumieira. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cumieira, respondeu que a sua posição sobre a carta educativa, debatida há uns anos atrás, se mantém e que não retira nem uma vírgula. -----

----- O Senhor Deputado Alfredo Gouveia (PPD/PSD) questiona o Presidente da Assembleia como pretende viabilizar esta escola, dado que se tem verificado um decréscimo do número de nascimento e a saída de crianças para outros concelhos ou para o estrangeiro. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa respondeu que poderia ser com a obra referida. Constatando-se a redução da natalidade ano após ano, fruto da saída de jovens casais, cabe aos concelhos do interior contrariar essa desertificação com a criação de espaços educativos e de equipamentos coletivos. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade, a 2.ª revisão do Plano Plurianual de Investimentos.** -----

----- **2.5 -** Deliberar sobre a alteração do dia Feriado Anual do Município (alínea m), n.º 2, artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Presente a proposta de alteração do dia Feriado Anual do Município, para aprovação da Assembleia Municipal, do seguinte teor: -----

----- *“O dia 13 de Janeiro foi fixado pela Assembleia Municipal como dia de feriado municipal para comemorar o dia da restauração do concelho, ocorrida em 13 de Janeiro de 1898.* -----

----- *Tal decisão foi contemporânea e comum em muitos concelhos do país, que não tendo, ou desconhecendo outras datas evocativas mais importantes, e para não festejarem o feriado distrital, decidiram de uma forma geral evocar o dia da restauração,*

tal como outros decidiram evocar o dia da fundação, dias comuns a todos os concelhos, diferente de muitos outros que tiveram a arte e o engenho de evocar datas realmente importantes e potenciadoras para o desenvolvimento e afirmação dos respetivos concelhos. -----

----- Os feriados municipais têm-se constituído, ao longo dos últimos anos, como excelentes oportunidades para a promoção do concelho, em áreas como a cultura, a educação e principalmente na economia, alavancando-a localmente. -----

----- Assim: -----

----- Considerando que o Conde Guião foi o primeiro a granjear a vinha na região demarcada do douro, isto em terras de Penaguião (segundo reza a lenda); -----

----- Considerando que o concelho de Santa Marta de Penaguião é essencialmente vinhateiro, tendo inclusive uma aparência de uma concha “vinhateira”; -----

----- Considerando que é urgente promover o vinho “Santa Marta”; -----

----- Considerando que nos meses de Julho e Agosto somos visitados, em mais larga escala, pelos nossos emigrantes, os quais queremos acolher calorosamente, oferecendo-lhes as raízes a que também pertencem e têm direito; -----

----- Considerando que o evento cultural do concelho tem lugar neste espaço temporal. ---

----- Considerando que a padroeira da Região de Demarcada do Douro é a nossa Santa Marta, cuja lenda é representada no vitral do Mestre Lino António, patente na Casa do Douro; -----

----- Considerando ainda que o dia de Santa Marta é uma oportunidade única, incomparável e exclusiva para gentes das Terras de Penaguião se apresentarem de forma diferente e forte ao país e quiçá ao mundo; -----

----- Propõe-se a alteração do dia de feriado municipal de 13 de Janeiro, dia da restauração do concelho, para o dia 29 de Julho, dia de Santa Marta.” -----

----- A presente proposta foi aprovada, por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal realizada no dia 29 de outubro de 2013. -----

----- Neste ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra e expressou que já há cerca de 10 anos têm falado na questão da Santa Marta ser a Padroeira do Douro e torná-la um acontecimento âncora, que lhes permita nesse dia, e à volta da Padroeira desenvolver atividades que divulguem o concelho e o afirmem quer a nível distrital, quer a nível nacional, tornando o dia 29 de Julho, o dia mais importante da região demarcada do Douro. -----

----- O Senhor Deputado Cesário Canário (PS), que depois de cumprimentar os presentes expressou o seu contentamento com as propostas da Câmara Municipal referenciadas nos pontos quatro e cinco da Ordem de trabalhos. Proferiu um obrigado, ao Senhor Presidente da Câmara e ao restante Executivo, pela tomada de posição nos pontos referidos e que engrandecem o concelho e marcarão seguramente o mandato da Assembleia. -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade, a proposta de alteração do dia do Feriado Municipal de 13 de janeiro para o dia 29 de julho (Dia de Santa Marta).** -----

----- **2.6 - Constituição do grupo de trabalho para elaboração do projeto de regimento da Assembleia Municipal (alínea a), n.º1, artigo 29.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro).** -----

----- **Deliberação: Aprovada, por unanimidade, a formação de um grupo de trabalho para a elaboração do regimento da Assembleia Municipal constituído pelos seguintes elementos:** -----

----- **Presidente da Mesa - José Alberto Moreira Araújo;** -----

----- **Bancada do PS - Paula Cristina Morais Guedes Borges;** -----

----- **Bancada do PPD/PSD - Paulo Sérgio de Sousa Prior;** -----



----- **2.7** - Eleição dos membros para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Douro (n.º 2, artigo 83.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e Estatuto das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- Foram apresentadas duas listas: -----

----- Lista A, subscrita pelo Partido Socialista (PS) e pelos grupos de cidadãos, Fazer Mais Pela Nossa Terra (NT) e Por Medrões Sempre (PMS): -----

----- Efetivos: José Emílio Esteves Silva e Jorge Manuel Madureira Silva Sampaio; -----

----- Suplente: António Júlio Alves Fernandes. -----

----- Lista B, subscrita pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD): -----

----- Efetivos: Alfredo Ribeiro Gouveia e Joni André Borges Madureira; -----

----- Suplente: Eugénio da Conceição Borges Rocha. -----

----- **Deliberação: Realizada a votação e contados os votos, a mesa apurou o seguinte resultado: Lista A - nove votos, Lista B - cinco votos.** -----

----- **Tendo em conta o n.º 3, do artigo 83.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram atribuídos os seguintes mandatos:** -----

----- **1.º Mandato: José Emílio Esteves da Silva - Lista A;** -----

----- **2.º Mandato: Alfredo Ribeiro Gouveia - Lista B.** -----

----- **2.8** - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e um suplente para os Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (alínea a), n.º 2, artigo 6.º dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses). -----

----- Foi apresentada a lista A, subscrita pelo Partido Socialista (PS) e pelos grupos de cidadãos, Fazer Mais Pela Nossa Terra (NT) e Por Medrões Sempre (PMS) constituída pelos Senhores António Júlio da Costa Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Sever e Fernando Borges Moreira, Presidente da União de Freguesias de Lobrigos (S. Miguel e S. João Baptista) e Sanhoane. -----

----- **Deliberação:** Realizada a votação e contados os votos, a mesa apurou o seguinte resultado: catorze votos a favor e sete votos em branco. -----

----- Desta forma foi eleito o Senhor António Júlio da Costa Almeida, e como suplente o senhor Fernando Borges Moreira, para os Congressos da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

----- **2.9** - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Assembleia Distrital de Vila Real (alínea b), artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 5/91, de 8 de janeiro). -----


----- Foi apresentada a lista A, subscrita pelo Partido Socialista (PS) e pelos grupos de cidadãos, Fazer Mais Pela Nossa Terra (NT) e Por Medrões Sempre (PMS) constituída pelo Senhor João dos Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Alvações do Corgo. -----

----- **Deliberação:** Realizada a votação e contados os votos, a mesa apurou o seguinte resultado: catorze votos a favor e sete votos em branco. -----

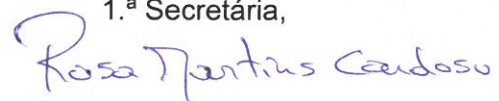
----- Desta forma, foi eleito o Senhor João dos Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Alvações do Corgo para fazer parte da Assembleia distrital de Vila Real. -----

----- E nada havendo mais a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no n.º 4 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Rosa Martins Cardoso, com funções de 1.ª Secretária, que a elaborei. Foi encerrada quando eram 20:00 horas. -----

O Presidente da Assembleia,


José Alberto Moreira Araújo

1.ª Secretária,


Rosa Martins Cardoso